



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

VANESSA NUNES CARDOSO

**A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
CONTRA AS MULHERES: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
1994 a 2021**

JOÃO PESSOA

2023

VANESSA NUNES CARDOSO

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA  
AS MULHERES: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 1994 a 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como requisito à obtenção do título de Bacharel  
em Biblioteconomia pela Universidade Federal  
da Paraíba.

**Orientador (a):** Gisele Rocha Côrtes

JOÃO PESSOA

2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

C268m Cardoso, Vanessa Nunes.

A mediação da informação no enfrentamento à violência contra as mulheres: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 1994 a 2021 / Vanessa Nunes Cardoso. - João Pessoa, 2023.

30 f.

Orientação: Gisele Rocha Côrtes.  
TCC (Graduação) - UFPB/CSSA.

1. Mediação da informação. 2. Violência contra a Mulher. 3. Violência doméstica. 4. Feminicídio. 5. Estudos de gênero. 6. ENANCIB. I. Côrtes, Gisele Rocha. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 02

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
CONTRA AS MULHERES: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação  
1994 a 2021

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Biblioteconomia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 01 de novembro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Documento assinado digitalmente  
 GISELE ROCHA CORTES  
Data: 28/11/2023 22:03:43-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Documento assinado digitalmente  
 ANA PATRICIA SILVA MOURA  
Data: 27/11/2023 19:17:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profa. Me. Ana Patrícia Silva Moura (Avaliadora Externa)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)



---

Me. Maria Cristiana Félix Luciano (Avaliadora Externa)  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

## RESUMO

A violência doméstica constitui um sério problema social e uma violação dos direitos humanos que atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, raça/etnia, graus de escolaridade e religião. A informação constitui subsídio fundamental para a prevenção e a mudança de mentalidades, e a geração de novos conhecimentos com vistas à igualdade de gênero. Nesta direção, o objetivo da presente pesquisa foi identificar os trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) de 1994 a 2021 com os descritores ‘Violência contra a Mulher’, ‘Violência Doméstica contra a Mulher’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’. A abordagem da pesquisa é quanti-qualitativa. Caracteriza-se como uma investigação de cunho exploratório, documental e descritivo. A coleta de dados foi realizada junto ao Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no currículo lattes das(os) pesquisadoras(es). Procedimentos bibliométricos foram utilizados para análise documental e discussão dos dados. Verifica-se avanços nos trabalhos publicados sobre “violência contra as mulheres”, “violência doméstica”, “feminicídio” e “Lei Maria da Penha” no ENANCIB a partir, especialmente, de 2019 e a constatação de que são as mulheres que mais publicam sobre as temáticas. Por fim, conclui-se apontando que as publicações realizam a mediação da informação de conteúdos pautados nos direitos das mulheres, legislações, realizando a interface entre a Ciência da Informação e os estudos de gênero, evidenciando que a informação se configura como uma prática social capaz de alterar mentalidades, gerar novos conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento do protagonismo social das mulheres.

**Palavras-chave:** Mediação da Informação. Violência contra as Mulheres. Feminicídio. Gênero. ENANCIB.

## ABSTRACT

Domestic violence is a serious social problem and a violation of human rights that affects women of all ages, social classes, races/ethnicities, levels of education, and religions. Information is a fundamental tool for prevention and mindset change, as well as for generating new knowledge towards gender equality. In this context, the objective of the present research was to identify papers published in the National Meeting of Research in Information Science (ENANCIB) from 1994 to 2021 with the descriptors 'Violence against Women,' 'Domestic Violence against Women,' 'Femicide,' and 'Maria da Penha Law.' The research approach is quantitative-qualitative and is characterized as an exploratory, documentary, and descriptive investigation. Data collection was carried out from the Proceedings of the National Meeting of Research in Information Science (ENANCIB) and the curriculum vitae of the researchers. Bibliometric procedures were used for document analysis and data discussion. Advances are observed in published works on "violence against women," "domestic violence," "femicide," and the "Maria da Penha Law" at ENANCIB, especially from 2019 onwards, with the finding that women are the primary contributors to these topics. Finally, it is concluded that the publications mediate information containing content based on women's rights and legislation, acting as an interface between Information Science and gender studies. This highlights that information serves as a social practice capable of changing mindsets, generating new knowledge, and contributing to the development of women's social agency.

**KEYWORDS:** Information Mediation. Violence against Women. Femicide. Gender. ENANCIB.

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é presente em nossa sociedade desde os tempos remotos, as violências cometidas contra as mulheres são descritas em vários momentos, quando a mulher está em um relacionamento abusivo e se sente compelida a permanecer nele devido ao medo das repercussões e das consequências que podem surgir ao buscar romper a relação. No contexto atual as mulheres cotidianamente são violentadas e mortas em decorrência do machismo estrutural nas relações sociais.

A violência contra as mulheres, foco desta pesquisa, tem como pano de fundo a desigualdade de gênero a qual aloca aos homens poderes para normatizar a vida e as condutas das mulheres, conforme aponta Heleieth Saffioti (2011).

Importante destacar que a violência contra as mulheres não se resume a violência física, ela é dinamizada de variadas formas: psicológica, patrimonial, sexual e moral.

A **violência física** refere-se a qualquer conduta que cause danos à integridade ou saúde corporal da mulher; A **violência psicológica** é caracterizada por qualquer conduta que resulte em dano emocional, diminuição da autoestima, interferência em seu desenvolvimento ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões da mulher; A **violência patrimonial** é qualquer ato que envolva a retenção, destruição parcial ou total de objetos, bens, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, valores ou recursos econômicos da mulher; A **violência sexual** entendida como qualquer ato que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, através de ameaça, uso de força ou coação, também é entendido como violência sexual induzir a comercialização ou utilizar sua sexualidade de qualquer forma, impedir o uso de métodos contraceptivos, forçá-la ao casamento, gravidez, aborto ou a prostituição a partir de chantagem, coação, manipulação ou suborno; E por fim, a **violência moral** que se configura como qualquer ato de difamação, injúria ou calúnia. (Brasil, 2006).

Em geral, a violência psicológica antecede as práticas de violência física. Os agressores, em sua maioria, homens com quem as mulheres têm ou tiveram relações de afeto, tendem a controlar a rotina das mulheres, minar a autoestima, isolar da família e amigas (os).

A Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, define e criminaliza os tipos de violência, constituindo uma significativa conquista nas pautas de enfrentamento à violência, ao ser sancionada em uma sociedade que naturaliza e banaliza os crimes cometidos contra as mulheres.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause

morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - No âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - No âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. (Brasil, 2006)

A referida lei foi sancionada em decorrência da incansável atuação de Maria da Penha<sup>1</sup> e das mobilizações dos movimentos feministas brasileiros. Destaca-se que a partir de 2022 a lei se aplica a proteção das mulheres transexuais e travestis. “Por considerar que, para aplicação da lei, mulher trans é mulher também, por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça estabeleceu que a Lei Maria da Penha se aplica aos casos de violência doméstica ou familiar contra mulheres transexuais.” (Caldas, 2022)

Estudos indicam que oito mulheres sofrem agressões por minuto no Brasil, sendo que três em cada quatro mulheres assassinadas são negras. (Datafolha; FBSP, 2021; Velasco; Grandin; Caesar; Reis, 2020). Estudos também revelam que “[...] os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 136) e dessas 1.437 mulheres que foram vítimas do feminicídio, 61,1% eram mulheres negras. Constata-se assim, o impacto do racismo na vida das mulheres negras, as quais enfrentam dificuldades para viverem com autonomia e justiça social em distintos campos sociais.

Atualmente, das 48,8 milhões de mulheres negras em idade para trabalhar, apenas um pouco mais da metade (51,5%) está no mercado de trabalho, seja buscando emprego ou ocupada. [...] a taxa de desemprego entre as mulheres negras tem sido bem maior do que as reportadas pelos outros grupos e desde o início de 2018 essas diferenças estavam se ampliando. 22,1% das mulheres negras na força de trabalho estavam desempregadas no 1º tri de 2021 - o dobro da registrada entre os homens brancos/amarelos (10,0%) e muito distante da reportada pelas mulheres brancas/amarelas e homens negros (13,8%). No 1º tri de 2022 a taxa de desemprego entre as mulheres negras apresentou uma forte queda em relação ao 1º tri de 2021, mas permaneceu na casa dos dois dígitos (16,3%) e distante dos demais grupos demográficos. Os 16,3% representam mais de 4,1 milhões de mulheres negras desempregadas. (Feijó, 2022)

A situação de violência é mais uma faceta perversa da imbricação do racismo com o sexismo. No contexto da pandemia de COVID-19 a violência foi potencializada e o

---

<sup>1</sup> Maria da Penha foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antonio Heredia Viveros, seu ex-marido.

âmbito doméstico, que deveria se configurar como o ambiente de proteção e acolhimento frente aos desafios impostos pela pandemia, medo, ansiedade, isolamento de entes queridos, dificuldades econômicas, entre outros, potencializou-se como local inóspito para muitas mulheres.

De acordo com dados do Ligue 180, a quarentena recomendada por governos estaduais e municipais como forma de conter a propagação do novo coronavírus (Covid-19) provocou um aumento de quase 9% no número de ligações para o canal que recebe denúncias de violência contra a mulher. Segundo a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos [...], a média diária entre os dias 1 e 16 de março foi de 3.045 ligações recebidas e 829 denúncias registradas, contra 3.303 ligações recebidas e 978 denúncias registradas entre 17 e 25 deste mês. (Brasil, 2021)

As mulheres, em muitos casos, se viram obrigadas a permanecer enclausuradas com seus agressores. (Siegried; Barchfield; Carlisle; Yeasmine, 2020). Os perversos dados apresentados são subnotificados, tendo em vista o fato de que muitas mulheres não formalizam a denúncia, por medo, vergonha, falta de acesso à informação, e explicitam a urgência de ações integradas no combate à violência contra as mulheres na arena da segurança pública, da educação, de projetos de geração de emprego e renda, de acesso à moradia, de ações no âmbito da cultura, entre outros.

Nesta perspectiva, considera-se que o potencializar o engajamento das universidades por meio de projetos de pesquisa, extensão e a implantação do referencial teórico gênero e raça/etnia nos cursos de formação é fundamental para a prevenção de crimes cometidos contra as mulheres.

No âmbito da Ciência da Informação, cujo objeto de estudo é a informação trazer à tona a problemática da violência contra as mulheres, situa-se em nosso entendimento como responsabilidade social do/a profissional da informação (Freire, 2020).

O acesso, a mediação e a apropriação da informação constituem elementos potencializadores na promoção da mudança de mentalidades e geração de novos conhecimentos capazes de ressignificar a naturalização da violência contra as mulheres. Compreendemos informação nas trilhas de Henriette Gomes (2019) considerando o caráter social da informação, como resultado da ação humana de compartilhar, de ir em busca do encontro com o outro, resultando em outra ação e reação, fazendo com que esse movimento informacional contribua para o nascimento do comportamento protagonista, a exemplo, no processo de enfrentamento da violência contra as mulheres.

Considera-se que conhecer as produções sobre violência contra as mulheres, no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIBs), contribui na visibilização do tema e em especial conhecer como a informação é elemento significativo no enfrentamento e prevenção da violência contra as mulheres.

Conforme Henriette Gomes (2019), a mediação da informação é compreendida como uma ação pautada no diálogo, no encontro e no compartilhamento, manifestação das subjetividades que emanam da interlocução inter e intrassubjetiva. Ainda de acordo com a autora na mediação da informação há uma essência de compartilhamento, cooperação, disposição para o diálogo, existe uma abertura para crítica à criatividade, onde é permitido ter a intersecção entre o velho e o novo. Conferindo assim à ação mediadora como uma característica fundamental para o autoconhecimento e o entrelaçamento da humildade e da autoestima das(os) participantes dessa interação.

Norteamo-nos pelos seguintes questionamentos: Quais são as produções do ENANCIB atinentes a temática da violência contra as mulheres? Quem são os(as) pesquisadores(as) que têm se dedicado a pesquisar sobre o tema? Quais temas estão sendo abordados na interface violência contra as mulheres e informação?

Nesta direção, o objetivo da presente pesquisa foi identificar os trabalhos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) com os descritores ‘Violência contra a Mulher’, ‘Violência Doméstica contra a Mulher’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ de 1994 à 2021. Tendo como objetivos específicos:

a) Mapear as produções e os(as) pesquisadores(as) que têm produzido sobre violência contra as mulheres nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB); b) Traçar um panorama da vinculação institucional dos (as) pesquisadores (as), a área de formação, a titulação, os tipos de autoria (individual ou coautoria), os conteúdos informacionais abordados, grupos de trabalho e o ano que as pesquisas foram publicadas.

Ao longo de minha trajetória acadêmica em Biblioteconomia, tive a oportunidade de aprofundar meus estudos em diversas temáticas relacionadas à informação. Nesse percurso, desenvolvi um interesse particular nas questões relacionadas à desigualdade de gênero e suas implicações no contexto social contemporâneo.

Ao observar as dinâmicas sociais ao meu redor e refletir sobre as discussões atuais acerca da igualdade de gênero e do empoderamento feminino, pude perceber a relevância de investigar a representação da mulher na área da Ciência da Informação, mais precisamente em bases de dados e encontros nacionais da nossa área.

Impulsionada por essa percepção, ingressei no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e participei de projetos de pesquisa que abordavam temas como protagonismo feminino, mulheres na ciência, protagonismo social e violência contra as mulheres. Foi a partir dessas experiências que surgiu o tema central do presente artigo de pesquisa.

Nesse contexto, a presente pesquisa justifica-se pela relevância de visibilizar os conteúdos informacionais mediados pelas(os) pesquisadoras(es), contribuindo para a geração de novos conhecimentos e estudos que promovam a mudança de mentalidades e a construção de uma sociedade que afirme a cidadania e os direitos humanos, além do enfrentamento a violência contra as mulheres. As informações obtidas subsidiarão a produção de conhecimento científico que compreende as pesquisas como estratégia fundamental para a democratização das relações de gênero. O acesso à informação pode empoderar as mulheres e outros grupos marginalizados, tornando-os mais informada(os) e capacitados(a) para exercer seus direitos em diferentes esferas da vida.

Outro aspecto relevante para o desenvolvimento do estudo articula-se ao fato de que muitos são os estudos delineando a informação como propulsora da justiça social, mas, ainda são incipientes as produções que articulam a Ciência da Informação com Estudos de Gênero e Violência contra mulheres. Em pesquisa realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) com os descritores “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Lei Maria da Penha”, localizamos doze, treze e dois respectivamente no período de 1972 até 2022, fazendo a pesquisa em assuntos.

## **2 GÊNERO, MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E PROTAGONISMO SOCIAL**

Na era moderna e contemporânea, emergem inúmeras complexidades e desafios em relação à inserção das mulheres nos espaços públicos, muitos dos quais são convencionalmente consagrados como domínio masculino. Embora sejam notáveis os progressos alcançados pela participação das mulheres no campo da Ciência, é necessário ressaltar que esses avanços ainda não se traduzem em uma situação de completa igualdade entre os gêneros.

Numa sociedade dominada pelo patriarcado, as mulheres têm que batalhar o dobro para conquistar o seu espaço, sendo ele academicamente, profissionalmente, socialmente ou em qualquer espaço que a mulher deseja ser inserida. De acordo com a pesquisadora Joan Scott (1989, p. 21) “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” Onde as mulheres acabam sofrendo mais por conta dessas relações de poder. De acordo com Aurekelly Silva (2020)

Para desconstruir essa realidade constante que assombra a sociedade nos dias atuais é necessário que haja uma mudança de mentalidades – por meio da resignificação de normas de gênero na cultura, nos meios de comunicação, nas redes sociais, na educação – tendo em vista que nesses locais as mulheres e homens apreendem os códigos hegemônicos de gênero para construir

relações em que os direitos sejam distribuídos de maneira igualitária para ambas as partes e possamos viver em uma sociedade mais justa em que a liberdade seja um direito de todos (as) literalmente. (Silva, 2020, p. 58).

E para que as mulheres possam se tornar protagonistas em vários âmbitos, primeiro devemos nos debruçar sob a mediação da informação, conforme Almeida Júnior (2015, p. 25), a mediação da informação:

[...] é toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais. (Almeida Júnior, 2015, p. 25).

Ou seja, para que ocorra a mediação da informação efetiva de acordo com o autor é necessário um(a) profissional da informação que irá mediar a informação para as mulheres que sofrem algum tipo de violência, fazendo com que elas se apropriem da informação e então, tenham subsídios para romper com o ciclo de violência em que estão vivendo. De acordo com Henriette Gomes (2019, p. 16) “qualquer tipo de mediação, mas em especial a mediação da informação se caracteriza como um processo que se dá na interrelação de elementos técnicos, humanos, ambientais e semiológicos.” Ainda de acordo com Henriette Gomes (2014, 2016), a efetividade da mediação da informação é alcançada por meio de cinco dimensões identificadas em seus estudos. A autora argumenta que a integração e o cumprimento dessas cinco dimensões da mediação da informação tornam-na eficaz e impulsionadora do protagonismo social. Sendo essas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política.

**Quadro 1** – Cinco dimensões de acordo com Henriette Gomes (2020).

<b>Dialógica</b>	"[...] um mediador consciente do significado da ação mediadora, passa a considerar e desenvolver o processo dialógico, buscando observar e compreender as singularidades dos sujeitos envolvidos na ação de interferência, assegurando a todos o espaço de voz, de modo que estejam envolvidos e protagonizando a ação."
<b>Estética</b>	"[...] consiste na construção de uma ambiência de acolhimento e de conforto emocional para que todos possam sentir-se livres para pensar, interpelar, questionar e exercer a crítica no encontro com a informação."
<b>Formativa</b>	"Na medida em que a problematização e o debate são intensificados no encontro com novas informações, que permitem o contraditório e a reflexão que engendra ressignificações ou novas interpretações, a ação mediadora estará favorecendo as condições de superação dos conflitos cognitivos e de consolidação da apropriação da informação."

<b>Ética</b>	"A mediação da informação se constitui em uma ação interacionista e dialética, na qual a diversidade deve encontrar espaço de voz, espaço de ação, exigindo a construção de um processo problematizador que respeite as diferenças e, ao mesmo tempo, assegure o espaço de expressão e interpelação de todos os participantes, sublinhando a necessária regência da dimensão ética em todo desenrolar da ação de interferência, em especial em função da intencionalidade maior da mediação que é a de contribuir com o protagonismo social."
<b>Política</b>	"[...] é alcançada na plena articulação das demais dimensões, acaba fortalecendo o protagonismo social, e assim estendendo a interpelação, o debate, o exercício da crítica, a atitude propositiva pautada no coletivo e em favor dos interesses da coletividade, para além da ação mediadora e do próprio ambiente informacional onde ela ocorre."

**Fonte:** Quadro criado pela autora de acordo com Gomes (2020).

Com o alcance das cinco dimensões, que não ocorre de forma estática e nem hierárquica, a mediação propicia a apropriação da informação que de acordo com Marcela Ribeiro e Oswaldo Almeida Junior (2022):

A apropriação da informação é realizada pelo indivíduo, que define se e como será apropriada a informação, bem como é ele quem busca pela informação, seja no ato de observar, interagir e vivenciar o meio em que está inserido, seja ao almejar e buscar informação materializada, que sana suas demandas informacionais (Ribeiro; Almeida Junior, 2022, p. 8).

Por meio da apropriação, o indivíduo pode desenvolver o protagonismo social. No caso da situação de violência contra as mulheres, a apropriação de conteúdos informacionais sobre direitos das mulheres, Lei Maria da Penha, órgãos de atendimento, assim como a produção científica sobre o tema, pode contribuir para o rompimento com o ciclo de violência, abaixo especificado.

**Figura 1** – Ciclo da violência de acordo com o Instituto Maria da Penha.



**Fonte:** Figura criada pela autora de acordo com Instituto Maria da Penha (2023).

O ciclo de violência é baseado em três fases, que estão dispostas na figura 1, sendo

elas: aumento na tensão, ato de violência, arrependimento e comportamento carinhoso.

Na fase 1, **aumento na tensão**, o agressor está tenso e irritado, humilha, faz ameaças e destrói objetos da vítima. Em sua segunda fase, **ato de violência**, é o momento em que ocorre o ato violento, sendo ela a violência verbal, física, psicológica, moral, patrimonial e sexual. (Instituto Maria da Penha, 2023).

Mesmo tendo consciência de que o agressor está fora de controle e tem um poder destrutivo grande em relação à sua vida, o sentimento da mulher é de paralisia e impossibilidade de reação. Aqui, ela sofre de uma tensão psicológica severa (insônia, perda de peso, fadiga constante, ansiedade) e sente medo, ódio, solidão, pena de si mesma, vergonha, confusão e dor. (Instituto Maria da Penha, 2023)

Por fim, a fase 3, **arrependimento e comportamento carinhoso**, essa fase também é conhecida como a lua de mel, é o momento que o agressor diz estar arrependido, que vai mudar. Então a mulher se sente confusa e também ocorre uma pressão para manter o seu relacionamento, principalmente se o casal tiver filhos(as). Mas esse período não dura muito tempo, após esse período de calma a fase 1 recomeça. (Instituto Maria da Penha, 2023).

Quando esse ciclo não é quebrado, acaba resultando em um feminicídio que de acordo com a Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015 é quando o crime está relacionado com a violência doméstica e familiar ou pela mulher ser simplesmente uma mulher.

Assim, consideramos que a mediação da informação pode contribuir para o enfrentamento a tal contexto, disponibilizar informação para as mulheres para que saibam que não estão sozinhas, que há meios para denunciar a violência sofrida, por meio, por exemplo, da **Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180)**, **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs)**, **Casas Abrigos**, **Centro de Referências**. Ao se apropriar das informações, as mulheres poderão se empoderar para quebrar o ciclo de violência, potencializando seu protagonismo.

De acordo com Henriette Gomes (2019), o protagonismo social é processo fundamental para a construção democrática das bases de humanização do mundo, o desenvolvimento efetivo do protagonismo social dá-se com o apoio das atividades de mediação consciente da informação, implicando então no conhecimento do que seja informação, sua missão social, dimensões da mediação e da força dessa ação também protagonista.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia conforme Maria Cecília Minayo (2010) é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade, engloba as concepções teóricas e as técnicas que proporcionam a construção e a reflexão sobre a mesma. A metodologia deve dispor de instrumentos claros e coerentes com os objetivos do estudo. A abordagem da presente pesquisa é quanti-qualitativa. Conforme Maria Cecília Minayo e Sanches (1993) a primeira tem como foco trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. A segunda busca o aprofundamento da complexidade dos fenômenos e fatos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e possíveis de serem captados intensamente. Caracteriza-se como uma investigação de cunho exploratória, documental e descritiva. Ainda, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois objetivou-se identificar o conhecimento disponível a respeito do tema em livros, artigos, dentre outros. Conforme Gil (1991), as pesquisas exploratórias visam proporcionar maior familiaridade com o problema e aprofundar ideias. A pesquisa documental tem como base a utilização de documentos para produzir novos conhecimentos e compreender os fenômenos na investigação científica. Já as pesquisas descritivas buscam descrever as características de determinada população ou fenômeno e/ou estabelecer relações entre variáveis. A coleta de dados foi realizada junto aos Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no repositório do BENANCIB e no Currículo Lattes das(os) pesquisadoras(es), a fim de identificá-las(os) e obter outras informações detalhadas. Para execução dos objetivos gerais e os específicos, a pesquisa percorreu as estratégias de ação abaixo elencadas, distribuídas em três etapas: 1) No primeiro momento, como estratégia de ação para alcançar os objetivos específicos A e B, contidos na parte introdutória do trabalho, foram realizadas pesquisas exploratória e documental. Nesta primeira etapa foram identificadas a vinculação institucional das(os) pesquisadoras(es), a área de formação, a titulação, os tipos de autoria (individual ou coautoria), os grupos de trabalho do ENANCIB em que os trabalhos foram publicados.

#### 3.1 CAMPO DA PESQUISA

O Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação é um evento da área da Ciência da Informação que ocorre anualmente, sua primeira edição foi no ano de 1994. As edições do ENANCIB são realizadas em estados diferentes e reúne várias(os) pesquisadoras(es) do país. De acordo com a pesquisadora Maria Cristiana Luciano

(2021), o universo do ENANCIB é composto por doze GTs, sendo eles:

- GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação;
- GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento;
- GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação;
- GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento;
- GT 5 – Política e Economia da Informação;
- GT 6 – Informação, Educação e Trabalho;
- GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação;
- GT 8 – Informação e Tecnologia;
- GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação;
- GT 10 – Informação e Memória;
- GT 11 – Informação & Saúde.
- GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades

Por conta da delimitação do período de 1994 à 2021, não obtivemos resultados no GT 12, pois o mesmo foi criado em 2021 e passou a ter apresentações em 2022.

Os Anais do ENANCIB ficam por responsabilidade da instituição que irá sediar o evento e o BENANCIB é o repositório no qual podemos encontrar todas as pesquisas que foram publicadas no evento.

A busca ocorreu por meio do título, do resumo e das palavras-chave. A amostra foi composta pelos artigos localizados nas comunicações orais e pôsteres, com os descritores “Violência contra a Mulher”, “Violência Doméstica contra a Mulher”, “Feminicídio”, “Lei Maria da Penha”. Na terceira fase da pesquisa, foram descritos os conteúdos informacionais abordados nas pesquisas realizadas, tendo como base o título, o resumo e as palavras-chaves.

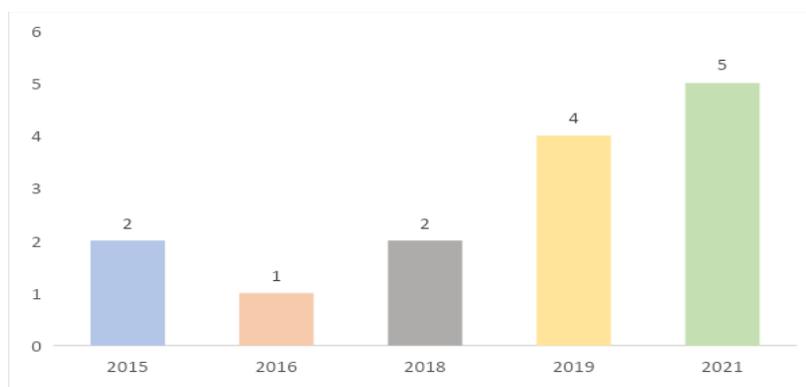
No currículo *Lattes*, verificou-se a área de formação das(os) pesquisadoras(es), sua vinculação institucional e sua titulação.

Posteriormente, foram aplicados os procedimentos bibliométricos para análise documental e discussão dos dados. Araújo (2006) enuncia que a bibliometria nasce no início do século para suprir a necessidade do estudo e da avaliação das ações de produção e comunicação científica. De acordo com Macias-Chapula (1998, p. 134), a bibliometria possibilita quantificar a produção, a disseminação e o uso da informação registrada: Bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada. Para organizar, classificar e cruzar as variáveis, foi utilizado o editor de planilha Excel e técnicas estatísticas para a confecção de tabelas e de gráficos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período entre 1994 a 2021 foram publicados no ENANCIB 4850 trabalhos, nas modalidades poster/resumo expandido e trabalho completo, destes apenas 14 trabalhos foram publicados com os descritores “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha”, isso equivale à 0.2% do total, evidenciando a incipiência de publicações e discussões teóricas metodológicas na interface violência contra mulheres e informação. No gráfico 1, abaixo, apresentamos o período em que os trabalhos foram publicados nos GTs.

**Gráfico 1** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ apresentados nos ENANCIB’s (1994 – 2021).



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

As informações contidas nos gráficos nos trazem as seguintes discussões, somente no ano de 2015 o primeiro trabalho atinente a violência contra as mulheres foi apresentada no evento. Ressalta-se que os movimentos feministas pautam a publicização da violência contra as mulheres no Brasil de forma consistente desde a década de 1970. Os estudos sobre mulheres e gênero surgem na academia na década de 1990, ressalta-se a publicação do emblemático artigo de Joan Scott - Gênero: uma categoria útil para a análise histórica.

Nesta análise é fundamental destacar que trabalhos podem ter sido enviados para os GTs antes de 2015, entretanto, podem não ter sido apresentados por não terem sido aceitos, mas não temos como precisar tal ocorrência. Apesar da constatação da tardia inserção de discussão do tema ao longo dos ENANCIBs, as informações evidenciam a aderência à temática após 2015, com ênfase em 2019 e 2021, levando a inferir o crescimento e ampliação da temática. Tendo o ano de 2021 como o auge das publicações sobre as temáticas, pois só nesse ano, localizou-se 5 publicações.

**Quadro 2** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ apresentados nos ENANCIB’s (1994 – 2021).

<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Formação acadêmica</b>	<b>Vínculo institucional</b>	<b>Ano</b>	<b>Palavras-chave</b>
<b>1. Mediação da Informação e Violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes</b>	Gisele Rocha Côrtes	Doutorado em Ciências Sociais	UFPB	2015	Mediação da informação; Violência contra mulheres; Disseminação da Informação.
	Edvaldo Carvalho Alves	Doutorado em Ciências Sociais	UFPB		
	Leyde Klebia Rodrigues da Silva	Doutorado em Ciência da Informação	IBICT		
<b>2. Memórias de mulheres e o acesso à informação no enfrentamento à violência doméstica</b>	Kaliandra de Oliveira Andrade	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB	2015	Memória; Acesso e Uso de Informação; Violência Doméstica; Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra.
	Izabel França de Lima	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB		
<b>3. Memórias de enfrentamento à violência doméstica e familiar: acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento</b>	Kaliandra de Oliveira Andrade	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB	2016	Memória; Informação; Violência Doméstica; Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra.
	Izabel França de Lima	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB		
<b>4. Sistemas de informação e instrumentos normativos: um estudo sobre crimes contra a mulher no Brasil contemporâneo</b>	Nathália Lima Romeiro	Mestrado em Ciência da Informação	UFRJ	2018	Sistemas de Informação; Instrumentos Normativos; Violência Contra a Mulher; Violência Sexual.
	Arthur Coelho Bezerra	Doutorado em Sociologia	UFRJ		
<b>5. De que saúde estamos falando? Um estudo sobre regime de informação, estado e mulher</b>	Carla Maria Martellote Viola	Doutorado em Ciência da Informação	EMERJ/IBICT-UFRJ	2018	Informação em saúde; Direito da mulher; Regime de Informação; Acesso à informação; Violência contra a mulher.
	Nathália Lima Romeiro	Mestrado em Ciência da Informação	IBICT-UFRJ		
	Silvana Maria de Jesus Vetter	Doutorado em Ciência da Informação	UFMA		
<b>6. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação</b>	Aurekelly Rodrigues da Silva	Mestrado em Ciência da Informação	UFPB	2019	Protagonismo social; Mediação da Informação; Mulheres; Casa Abrigo; Violência contra as mulheres.
	Gisele Rocha Côrtes	Doutorado em Ciências Sociais	UFPB		
<b>7. Redes de informação e violência doméstica e</b>	Kaliandra de Oliveira Andrade	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB	2019	Redes Sociais; Redes de Informação;

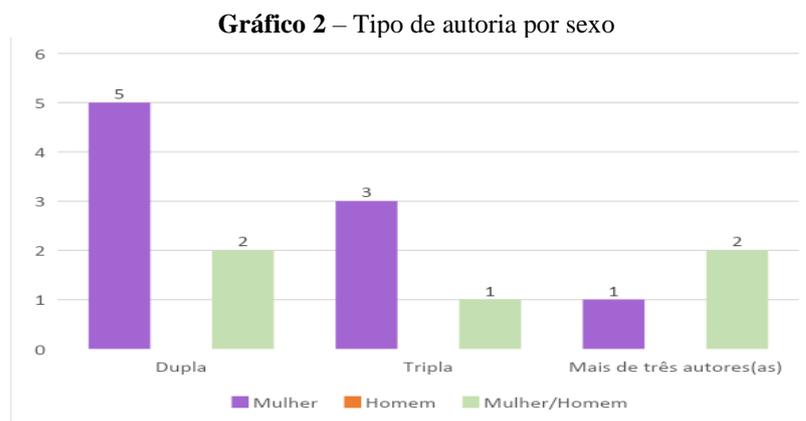
<b>familiar contra as mulheres: conexões e laços conceituais</b>	Alzira Karla Araújo da Silva	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB		Unidades de Informação; Violência Doméstica; Mulheres.
	Joana Coeli Ribeiro	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB		
	Gisele Rocha Côrtes	Doutorado em Ciências Sociais	UFPB		
<b>8. Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres</b>	Claudialyne da Silva Araújo	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB	2019	Violência contra a mulher; Políticas públicas de gênero; Memória; Lei Maria da Penha; Feminicídio.
	Gisele Rocha Côrtes	Doutorado em Ciências Sociais	UFPB		
<b>9. Violência obstétrica e os dados sobre mortalidade materna no Brasil: percepções sobre direitos das mulheres à saúde e ao acesso à informação</b>	Carla Maria Martellote Viola	Doutorado em Ciência da Informação	IBICT-UFRJ	2019	Violência Obstétrica; Ciência de Dados; Direito de Acesso à Informação; Direito à Saúde; Ciência da Informação.
	Silvana Maria de Jesus Vetter	Doutorado em Ciência da Informação	UFMA		
<b>10. Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da casa das mulheres da Maré no Rio de Janeiro</b>	Priscila Rufino Fevrier	Mestrado em Ciência da Informação	IBICT	2021	Mulheres negras; Casa das Mulheres da Maré; Informação; Representações Sociais; Ciência da Informação.
	Rodrigo de Sales	Doutorado em Ciência da Informação	UFSC		
<b>11. Mediação da informação e políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher: pesquisa participativa em Bauru</b>	Tamara de Souza Brandão Guaraldo	Doutorado em Ciência da Informação	UNESP	2021	Políticas Públicas; Mediação da Informação; Pesquisa Participativa; Mulheres; Violência contra a mulher.
	Célia Retz Godoy dos Santos	Doutorado em Sociologia	UNESP		
	Daniele Mendes de Melo	Mestrado em Desenvolvimento do Estado Democrático de Direito	TJSP		
<b>12. A violência contra a mulher na perspectiva dos regimes de informação: uma análise sobre o machismo a assistentes digitais</b>	Denise Braga Sampaio	Doutorado em Ciência da Informação	UFBA	2021	Regime de informação; Dispositivos de informação; Assistentes digitais; Violência contra a mulher na internet.
	Gracy Kelli Martins	Doutorado em Ciência da Informação	UFPB		
	Gisele Rocha Côrtes	Doutorado em Ciências Sociais	UFPB		
	Denyson Axel Ribeiro Mota	Doutorado em Ciência da Informação	UFCA		
<b>13. Conhecimento, desenvolvimento humano e a violência</b>	Carla Maria Martellote Viola	Doutorado em Ciência da Informação	IBICT-UFRJ	2021	Conhecimento; Lei das Bibliotecas

as mulheres: interseções entre a lei das bibliotecas escolares, a Lei Maria da Penha e a agenda 2030	Bruna Nascimento Rodrigues da Silva	Mestrado em Ciência Política	UNIRIO		Escolares; Lei Maria da Penha; Agenda 2030; Violência contra as mulheres.
	Andréa Doyle	Doutorado em Ciência da Informação	IBICT-UFRJ		
14. Fusão de dados e informações na prevenção da violência contra a mulher	Cinéia Rocha	Graduação em Tecnologia de Processamento de Dados	UNESP	2021	Violência doméstica; Fusão de dados; Pandemia; Covid-19; Coronavírus.
	Fábio Éder Cardoso	Mestrado em Ciência da Computação	UNESP		
	Leonardo Castro Botega	Doutorado em Ciência da Computação	UNESP		
	Cecílio Merlotti Rodas	Doutorado em Ciência da Informação	UNESP		

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Como exposto no quadro 2, todos os trabalhos foram publicados em coautoria, não sendo localizado nenhum trabalho de autoria individual. Verifica-se também que a maioria das(os) pesquisadoras(es) que apresentaram trabalhos sobre as temáticas no ENANCIB, no período exposto, é vinculada(o) a UFPB e o IBICT, seguidos da UNESP. Constata-se que, em maioria, as autorias são da mesma instituição. Como pioneiros nas publicações sobre violência contra mulheres, em 2015, temos os trabalhos “Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro de Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes” de autoria das(os) pesquisadoras(es) Dra. Gisele Rocha Côrtes (UFPB), Dr. Edvaldo Carvalho Alves (UFPB), Dra. Leyde Klebia Rodrigues da Silva (IBICT) e “Memórias de mulheres e o acesso à informação no enfrentamento à violência doméstica” com autoria da Dra. Kaliandra de Oliveira Andrade (UFPB) e Dra. Izabel França de Lima (UFPB).

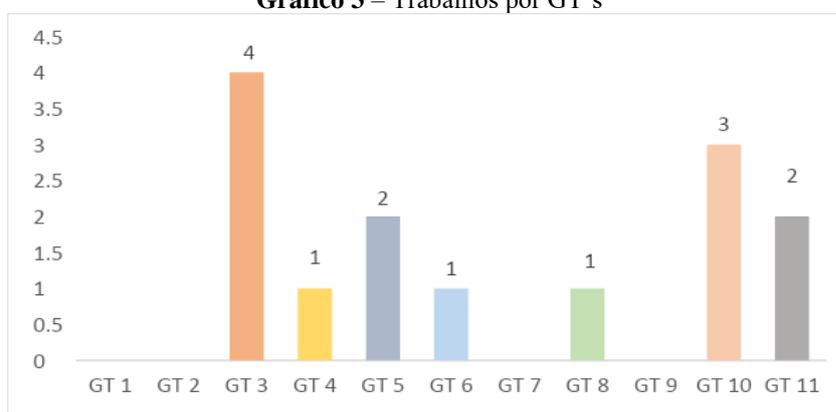
Para especificarmos o tipo de autoria, dividimos a mesma por sexo, os dados podem ser observados no gráfico 2.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As mulheres protagonizam as publicações relacionadas “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha”, com o total de 9 trabalhos publicados apenas por mulheres. Tendo essas publicações como duplas, triplas e mais de três autoras(es), nas autorias em dupla, obtivemos o resultado de cinco autorias duplas de mulheres e duas duplas entre mulheres e homens, nas autorias triplas foram localizados três trios de mulheres e um de mulheres e homens. Nas autorias de mais três autoras(es) tivemos uma autoria com mais de três mulheres e duas autorias com três autoras(es) entre mulheres e homens.

**Gráfico 3 – Trabalhos por GT's**



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os dados acima apontam que dois GTs, 3 e 10 concentram a publicação da metade dos trabalhos, com total de quatro e três pesquisas, respectivamente, seguidos dos GTs 5 e 11 com duas publicações cada. Os GTs 4, 6 e 8 com 1 trabalho. Evidencia-se que nos GTs 1, 2, 7 e 9 não houve apresentação de trabalhos com os descritores especificados na presente pesquisa. Apesar da amostra ser reduzida, as informações estão em consonância com os achados de Maria Cristiana Luciano (2021), que em pesquisa sobre a temática mulher, gênero e feminismo nos ENANCIBs verificou que o GT 3 é o que se destaca nas apresentações dos trabalhos.

[...] destacamos o protagonismo do GT3, porque 27% das pesquisas foram apresentadas nesse grupo. Esse resultado vai ao encontro dos achados de Silva e Côrtes (2020), que, visando apresentar os estudos de gênero na Ciência da Informação e sua contribuição para a inclusão social das mulheres, por meio das produções do GT3, verificaram que, desde sua criação em 2005, esse grupo de estudos contribuiu para aumentar as produções sobre gênero, mulheres e feminismo no maior evento da área da CI (Luciano, 2021, p. 97).

Com o intuito de detalhar melhor os trabalhos apresentados em cada GT apresentamos os quadros abaixo, iniciando pelo GT 3.

**Quadro 3** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 3 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. Mediação da Informação e Violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes</b>	Gisele Rocha Côrtes	UFPB	2015
	Edvaldo Carvalho Alves	UFPB	
	Leyde Klebia Rodrigues da Silva	IBICT	
<b>2. Protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo: asas da informação</b>	Aurekelly Rodrigues da Silva	UFPB	2019
	Gisele Rocha Côrtes	UFPB	
<b>3. Informação e emancipação social: representações sociais das mulheres negras da casa das mulheres da Maré no Rio de Janeiro</b>	Priscila Rufino Fevrier	IBICT	2021
	Rodrigo de Sales	UFSC	
<b>4. Mediação da informação e políticas públicas para o enfrentamento à violência contra a mulher: pesquisa participativa em Bauru</b>	Tamara de Souza Brandão Guaraldo	UNESP	2021
	Célia Retz Godoy dos Santos	UNESP	
	Daniele Mendes de Melo	TJSP	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

“O GT3 de Mediação, Circulação e Uso da Informação, foi criado no VI ENANCIB, em 2005. No ano de 2009, passou a ser intitulado Mediação, Circulação e Apropriação da Informação” (LUCIANO, 2021, p. 65). O grupo de trabalho 3 está entre um dos GTs pioneiros nas publicações sobre “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha”, tendo a sua primeira publicação em 2015, com autoria de Gisele Rocha Côrtes, Edvaldo Carvalho Alves e Leyde klébia Rodrigues da Silva, porém houve uma lacuna de 4 anos para ocorrer um novo trabalho apresentado sobre as temáticas. O GT 3 também é o grupo de trabalho que mais possui publicações, pois é o GT que se debruça sobre a mediação, circulação e apropriação da informação que é a base dessa pesquisa.

**Quadro 4** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 4 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. Redes de informação e violência doméstica e familiar contra as mulheres: conexões e laços conceituais</b>	Kaliandra de Oliveira Andrade	UFPB	2019
	Alzira Karla Araújo da Silva	UFPB	
	Joana Coeli Ribeiro	UFPB	
	Gisele Rocha Côrtes	UFPB	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O GT 4 intitulado “Gestão da Informação e do Conhecimento” possui apenas uma publicação. Esse grupo de trabalho tem como ementa:

Gestão de ambientes, sistemas, unidades, serviços, produtos de informação e

recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos, usos e usuários da informação como instrumentos de gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Marketing da informação, monitoramento ambiental e inteligência competitiva. Estudos de redes para a gestão. Aplicação das tecnologias de informação e comunicação à gestão da informação e do conhecimento. (ANCIB, 2023).

Verificou-se que as temáticas “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha” não são exploradas nesse grupo de trabalho.

**Quadro 5** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 5 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. Sistemas de informação e instrumentos normativos: um estudo sobre crimes contra a mulher no Brasil contemporâneo</b>	Nathália Lima Romeiro	UFRJ	2018
	Arthur Coelho Bezerra	UFRJ	
<b>2. A violência contra a mulher na perspectiva dos regimes de informação: uma análise sobre o machismo a assistentes digitais</b>	Denise Braga Sampaio	UFBA	2021
	Gracy Kelli Martins	UFPB	
	Gisele Rocha Côrtes	UFPB	
	Denysson Axel Ribeiro Mota	UFCA	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Grupo de Trabalho 5 “Política e Economia da Informação” possui apenas duas publicações, tendo seu primeiro trabalho em 2018.

**Quadro 6** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 6 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. Conhecimento, desenvolvimento humano e a violência as mulheres: interseções entre a lei das bibliotecas escolares, a lei maria da penha e a agenda 2030</b>	Carla Maria Martellote Viola	IBICT – UFRJ	2021
	Bruna Nascimento Rodrigues da Silva	UNIRIO	
	Andréa Doyle	IBICT - UFRJ	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O GT 6 “Informação, Educação e Trabalho” possui apenas uma publicação e tem em sua ementa:

O mundo do trabalho informacional: atores, cenários, competência em informação, dimensões e habilidades. Organização, processos de trabalho em dispositivos de informação e cultura. As relações entre informação, educação, trabalho, saúde e tecnologia. Regulamentação profissional, entidades sindicais, associações de classe e mercado de trabalho e competência profissional. Diversidade cultural, representações sociais, práticas e construção identitária dos profissionais da informação. Responsabilidade social, ética e profissional na Ciência da Informação. As bases curriculares e experiências pedagógicas: formação e perfil profissional ou docente. (ANCIB, 2023).

Esse grupo de trabalho também é pouco explorado nas publicações sobre “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da

Penha”.

**Quadro 7** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 8 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. Fusão de dados e informações na prevenção da violência contra a mulher</b>	Cinéia Rocha	UNESP	2021
	Fábio Éder Cardoso	UNESP	
	Leonardo Castro Botega	UNESP	
	Cecílio Merlotti Rodas	UNESP	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Juntamente com o GT 4 e 6, o GT 8 "Informação e Tecnologia" também possui apenas uma publicação.

**Quadro 8** – Trabalhos sobre ‘Violência contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 10 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. Memórias de mulheres e o acesso à informação no enfrentamento à violência doméstica</b>	Kaliandra de Oliveira Andrade	UFPB	2015
	Izabel França de Lima	UFPB	
<b>2. Memórias de enfrentamento à violência doméstica e familiar: acesso e uso da informação como dispositivo de empoderamento</b>	Kaliandra de Oliveira Andrade	UFPB	2016
	Izabel França de Lima	UFPB	
<b>3. Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres</b>	Claudialyne da Silva Araújo	UFPB	2019
	Gisele Rocha Côrtes	UFPB	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O GT 10 “Informação e Memória” é o segundo Grupo de Trabalho que mais possui trabalhos publicados relacionados à temática, com destaque para as pesquisadoras Izabel França de Lima e Kaliandra de Oliveira Andrade e juntamente com o GT 3 é pioneiro nas publicações sobre “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha”, tendo seu primeiro trabalho publicado em 2015.

**Quadro 9** – Trabalhos sobre ‘violência contra as mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ publicados no GT 11 (1994 – 2021).

Título	Autores(as)	Instituição	Ano
<b>1. De que saúde estamos falando? Um estudo sobre regime de informação, estado e mulher</b>	Carla Maria Martellote Viola	EMERJ/ IBICT - UFRJ	2018
	Nathália Lima Romeiro	IBICT - UFRJ	
	Silvana Maria de Jesus Vetter	UFRJ/UFMA/IBICT	
<b>2. Violência obstétrica e os dados sobre mortalidade materna no Brasil: percepções sobre direitos das mulheres à saúde e ao acesso à informação</b>	Carla Maria Martellote Viola	IBICT-UFRJ	2019
	Silvana Maria de Jesus Vetter	UFMA	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O GT 11 “Informação & Saúde” possui duas publicações sobre ‘violência contra as mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’. E os dois

trabalhos publicados possuem em suas autorias as pesquisadoras Dra. Carla Maria Martellote Viola e a Dra. Silvana Maria de Jesus Vetter.

Para conhecer os trabalhos apresentados por cada pesquisadora(o) apresenta-se o quadro 10, ressaltando-se que, conforme pode ser visualizado no quadro 1 os trabalhos não foram produzidos individualmente, mas em coautoria.

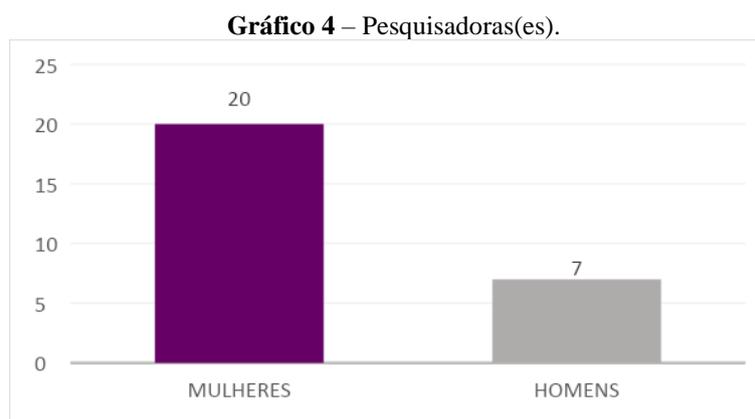
**Quadro 10** – Autoras(es) que mais publicaram no ENANCIB (1994-2021).

Autoras(es)	Individual	Coautoria	GT e ano da publicação	Total de artigos publicados
Gisele Rocha Côrtes	0	5	GT3 (2015), GT3 (2019), GT4 (2019), GT10 (2019), GT5 (2021)	5
Kaliandra de Oliveira Andrade	0	3	GT10 (2015), GT10 (2016), GT4 (2019)	3
Carla Maria Martellote Viola	0	3	GT11 (2018), GT11 (2019), GT6 (2021)	3
Izabel França de Lima	0	2	GT10 (2015), GT10 (2016)	2
Nathália Lima Romeiro	0	2	GT5 (2018), GT10 (2018)	2
Silvana Maria de Jesus Vetter	0	2	GT11 (2018), GT11 (2019)	2
Edvaldo Carvalho Alves	0	1	GT3 (2015)	1
Leyde Klebia Rodrigues da Silva	0	1	GT3 (2015)	1
Aurekelly Rodrigues da Silva	0	1	GT3 (2019)	1
Priscila Rufino Fevrier	0	1	GT3 (2021)	1
Rodrigo de Sales	0	1	GT3 (2021)	1
Tamara de Souza Brandão Guaraldo	0	1	GT3 (2021)	1
Célia Retz Godoy dos Santos	0	1	GT3 (2021)	1
Daniele Mendes de Melo	0	1	GT3 (2021)	1
Alzira Karla Araújo da Silva	0	1	GT4 (2019)	1
Joana Coeli Ribeiro	0	1	GT4 (2019)	1
Arthur Coelho Bezerra	0	1	GT5 (2018)	1
Denise Braga Sampaio	0	1	GT5 (2021)	1
Gracy Kelli Martins	0	1	GT5 (2021)	1
Denyson Axel Ribeiro Mota	0	1	GT5 (2021)	1

<b>Bruna Nascimento Rodrigues da Silva</b>	0	1	GT6 (2021)	1
<b>Andréa Doyle</b>	0	1	GT6 (2021)	1
<b>Cinéia Rocha</b>	0	1	GT8 (2021)	1
<b>Fábio Élder Cardoso</b>	0	1	GT8 (2021)	1
<b>Leonardo Castro Botega</b>	0	1	GT8 (2021)	1
<b>Cecílio Merlotti Rodas</b>	0	1	GT8 (2021)	1
<b>Claudialyne da Silva Araújo</b>	0	1	GT10 (2019)	1

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Como podemos analisar no Quadro 10, 27 pesquisadoras e pesquisadores publicaram sobre a temática, sendo 20 mulheres e 7 são homens. **Assim fica explícito** que as mulheres têm protagonizado publicações sobre ‘Violência Contra as Mulheres’, ‘Violência Doméstica’, ‘Feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’.

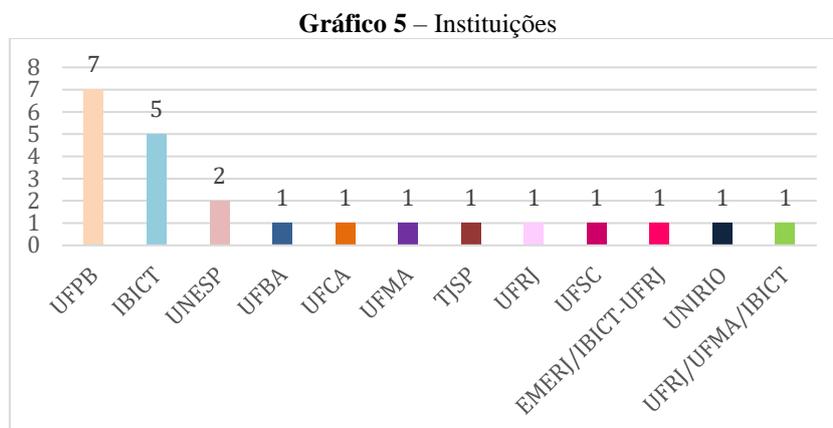


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes (UFPB) foi a pesquisadora que mais publicou sobre “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha”, tendo publicado 5 trabalhos em coautoria com pesquisadoras(es) – professoras(es) e orientandas(es), seguida por Dra. Kaliandra de Oliveira Andrade (UFPB) e Dra. Carla Maria Martellote Viola ambas com 3 trabalhos publicados, também em coautoria. A pesquisadora Kaliandra publicou, em maioria, com a Profa. Dra. Izabel França de Lima (UFPB) e a pesquisadora Carla Viola (IBICT) com outras pesquisadoras.

O gráfico 5 mostra o número de publicação por vínculo institucional das(os) pesquisadoras(es), a instituição que possui mais publicações no Enancib sobre ‘violência contra as mulheres’, ‘violência doméstica’, ‘feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ é a Universidade Federal da Paraíba com 7 publicações, seguido pelo IBICT com 5 e a

UNESP com 2, vale ressaltar que as vinculações expostas no gráfico 5 estão de acordo com o que as pesquisadoras(es) informaram nos trabalhos publicados no Enancib.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Com vistas a conhecer as temáticas abordadas nos catorze trabalhos sobre “Violência contra as Mulheres”, “Violência Doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha”, realizou-se, com base nas palavras-chave, uma nuvem de palavras. A nuvem de palavras foi criada a partir do site WordArt localizado no *link* (<https://wordart.com/>).

**Figura 2 – Nuvem de palavras com as palavras-chave**



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As palavras-chave que mais apareceram nos trabalhos foram “Violência contra as Mulheres” (8), “Violência Doméstica” (4), “Mediação da Informação” (3), “Memória” (3) e “Mulheres” (3), não obtivemos nenhum resultado do “feminicídio” como palavra-chave.

Assim, os dados evidenciam que houve a mediação da informação por meio dos trabalhos apresentados e publicados nos anais do ENANCIB, entretanto, verifica-se a necessidade de ampliação das pesquisas atinentes à ‘violência contra as mulheres’,

‘violência doméstica’, ‘feminicídio’, ‘Lei Maria da Penha’ no evento. Conforme Silva e Côrtes (2021), tendo em vista a magnitude da violência doméstica e a violação dos direitos humanos das mulheres, destaca-se a importância da ampliação dos estudos sobre a violência doméstica em interface com o fenômeno informacional. A mediação da informação em torno da temática gênero, favorece o fortalecimento de ações e práticas de resistência e ações direcionadas para a prevenção, combate e diminuição dos altos índices de feminicídios.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise, verifica-se que os trabalhos publicados sobre “Violência contra as Mulheres”, “Violência doméstica”, “Feminicídio” e “Lei Maria da Penha” no ENANCIB precisam ser potencializados para maior visibilidade da temática, grave problema social e de violação dos direitos humanos. Em contrapartida, verifica-se um avanço a partir de 2019 e a constatação de que são as mulheres que mais publicaram sobre essas temáticas. Localizou-se pesquisas apresentadas em sete dos onze GTs do ENANCIB, no período da coleta de dados da pesquisa, realizada até 2021. Destaca-se que em 2021 foi criado o GT12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades – que não entrou na presente coleta em decorrência do universo contemplar o período entre 1994 até 2021. O GT 12 terá apresentações de trabalhos a partir de 2022. Destaca-se também o protagonismo do GT 3, da UFPB e do IBICT, que concentram o maior número de pesquisas apresentadas e vinculação institucional das(os) pesquisadoras(es).

No tocante as pesquisas do ENANCIB, conclui-se que os(as) pesquisadores(as) realizaram a mediação e conteúdos diversos sobre as temáticas, buscando desnaturalizar a violência contra as mulheres o que favorece transformar, por meio da informação, a estrutural ordem patriarcal de gênero.

Por fim, conclui-se apontando que as publicações mediadas sobre a temática da violência contra as mulheres, realizam a mediação da informação de conteúdos pautados nos direitos das mulheres, legislações, realizando a interface entre a Ciência da Informação e os estudos de gênero, evidenciando que a informação se configura como uma prática social capaz de alterar mentalidades, gerar novos conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento do protagonismo social das mulheres.

## Referências

ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Coordenações e Ementas de GT. Disponível em: <https://ancib.org/coordenacoes-e-ementas-de-gt/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da (Org.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16> Acesso em: 29 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Lei Maria da Penha). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 de agosto de 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Lei do Feminicídio. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 de março de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Coronavírus: sobre o número de ligações para canal de denúncia de violência doméstica na quarentena**. [Brasília]: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 27 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/marco/coronavirus-sobre-o-numero-de-ligacoes-para-canal-de-denuncia-de-violencia-domestica-na-quarentena>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CALDAS, Ana Lúcia. STJ decide que Lei Maria da Penha também se aplica a mulher trans. **Agência Brasil**, Brasília, 06 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/justica/audio/2022-04/tsj-decide-que-lei-maria-da-penha-tambem-se-aplica-mulher-trans>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DATAFOLHA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **A vitimização de mulheres no Brasil**. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: [www.assets-dossies-ipc-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf](http://www.assets-dossies-ipc-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf). Acesso em: 23 nov. 2021.

FEIJÓ, Janaína. A participação das mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal FGV**, [S. l.], 28 jul. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/participacao-mulheres-negras-mercado-trabalho>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FREIRE, Isa. Maria. Pesquisa aplicada na ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 15, n. 2, p. 1-13, 2020.

DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.0vn0.52842 Acesso em: 10 maio 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Henriette Ferreira. CÔRTEZ, Gisele Rocha. Mediação consciente da informação e protagonismo social das mulheres: as práticas informacionais das teorias críticas feministas. *In*: ALVES, Edvaldo Carvalho; BRASILEIRO, Fellipe Sá; CÔRTEZ, Gisele Rocha; MELO, Daniella Alves de. (Orgs.). **Práticas informacionais: reflexões teóricas e experiências de pesquisa**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>>. Acesso em: 20 jun. 2023

GOMES, Henriette Ferreira. Comunicação e informação: relações dúbias, complexas e intrínsecas. *In*: MORIGI, Valdir; JACKS, Nilda; GOLIN, Cida. (Orgs.). **Epistemologias, comunicação e informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016. P. 91-107.

GOMES, Henriette Ferreira. Protagonismo social e mediação da informação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644>. Acesso em: 31 ago. 2022

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**: saiba identificar as três principais fases do ciclo e entenda como ele funciona. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em: 27 out. 2023.

LUCIANO, Maria Cristiana Félix. **Protagonismo social das mulheres na produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em ciência da informação (1994-2019)**. 129 f. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

MACIAS-CHAPULA, Cesar. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651998000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000200005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262,

jul./set. 1993. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X1993000300002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 2 abr. 2022.

RIBEIRO, Marcela Arantes; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Da mediação a apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 1–17, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1825>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%Aancia%20%20%28livro%20completo%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%Aancia%20%20%28livro%20completo%29.pdf). Acesso em: 20 ago. 2022.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SIEGFRIED, Kristy; BARCHFIELD, Jenny; CARLISLE, Lilly; YEASMINE, Jordânia; YEASMINE, Iffath. Violência contra a mulher aumenta durante a pandemia de COVID-19. **ACNUR**, [S. l.], 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/11/25/violencia-contra-a-mulher-aumenta-durante-a-pandemia-de-covid-19/#:~:text=Mulheres%20refugiadas%20e%20deslocadas%20corriam,patr%C3%B5es%20est%C3%A3o%20se%20tornando%20claros>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da. **Asas da informação**: protagonismo das mulheres usuárias da casa abrigo da Paraíba. 218 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

SILVA, Aurekelly Rodrigues da; CÔRTEZ, Gisele Rocha. A mediação da informação na Casa Abrigo da Paraíba: o protagonismo das mulheres no enfrentamento à violência doméstica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 94–119, 2021. DOI: 10.19132/1808-5245273.94-119. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/103439>. Acesso em: 25 nov. 2023.

VELASCO, Clara; GRANDIN, Felipe; CAESAR, Gabriela; REIS, Thiago. Mulheres negras são as principais vítimas de homicídios já as brancas compõem quase metade dos casos de lesão corporal e estupro. **G1**, [S. l.], 16 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/16/mulheres-negras-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-ja-as-brancas-compoem-quase-metade-dos-casos-de-lesao-corporal-e-estupro.ghtml>. Acesso em: 29 jul. 2022.

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, primeiramente, a **Deus** por me permitir estar de pé depois de todas as provações que passei nesses últimos anos.

À minha orientadora, **Gisele Rocha Côrtes**, por ser luz na minha vida, por ter me acolhido e por toda a parceria, admiro muito a senhora.

À banca, **Maria Cristiana Felix Luciano** e **Ana Patrícia Silva Moura**, obrigada por terem aceitado fazer parte da minha banca, vocês são incríveis e admiro muito vocês.

Agradeço à minha família, principalmente à minha mainha, **Verônica**, por todas as noites que ficou me esperando chegar em casa, por todo o apoio e por sempre acreditar em mim. À painho, **João**, por sempre ter me incentivado a ler e assim nascer o meu desejo de trabalhar com livros. Aos meus irmãos, **Lucas** e **Wagner**, amo muito vocês.

Quero agradecer também a todas as pessoas que passaram pela minha vida acadêmica e pessoal ao longo desses 5 anos. Vocês fizeram toda a diferença, e aqui cito **Eliúde**, **Eddie**, **Ana**, **Apolonio**, **Febrania**, **Yvine** e as várias outras pessoas que me ajudaram nessa caminhada.